

...sos assim delicados, uma discreta atuação diplomática é sempre mais eficaz que atitudes barulhentas. E apontou como exemplo o episódio vivido pelo jornalista Flávio Tavares, que esteve preso em Montevideu sob a acusação de espionagem. Depois de seis meses de detenção e sigilosas negociações diplomáticas, Tavares foi libertado em meados de janeiro passado, às vésperas da chegada do presidente Ernesto Geisel ao Uruguai, em visita oficial.

COM O CÔNSUL — Não se sabe que caminhos o Itamaraty seguirá para ajudar Flávia — e manda a boa técnica diplomática que eles permaneçam sob reserva. Afinal, como disse o porta-voz da chancelaria, ministro Luís Felipe Lampréia, “uma gestão frontal pode vir a ser interpretada como ingerência em assuntos internos de um país amigo”. Nada impede, porém, que o governo brasileiro faça gestões informais, amistosas e reservadas junto às autoridades uruguaias. Segundo Lampréia, Silveira “receberia com muita alegria a libertação de Flávia e tem demonstrado interesse pelo caso, pela saúde dela e por sua situação penitenciária e judiciária”. Prova disso foi a visita que o cônsul brasileiro em Montevideu, Agenor Soares dos Santos, fez a Flávia na véspera do Natal.

Talvez como resultado da movimentação a seu favor registrada no Brasil, ocorreram melhoras nas condições carcerárias de Flávia. No encontro com o cônsul, pela primeira vez ela pôde entrevistar-se com alguém a sós. Flávia foi, também, transferida do setor “B” da Penitenciária de Punta Rieles, onde ficam as presas consideradas perigosas, para o setor das detentas à espera de libertação por já terem cumprido pena — o que, no Uruguai, pode demorar anos. Nesta ala, a comida é melhor e as presas não estão sujeitas a trabalhos forçados.

Se a situação carcerária de Flávia está melhorando, o mesmo não ocorre com sua saúde. Acometida de um tumor no útero, ela precisa ser internada para submeter-se a uma biopsia e, talvez, a uma cirurgia. Enquanto isso, em diferentes pontos do país, continua a campanha de arrecadação de fundos para pagamento da “taxa penitenciária” que os organizadores do movimento supõem que será cobrada quando da libertação de Flávia. Até agora, o governo brasileiro não foi informado sobre a existência da “taxa”. A arrecadação de fundos, em todo caso, já chegou aos 450 000 cruzeiros. ●



OLÍVIO LAMAS

Os advogados gaúchos com dona Lilia: uma viagem proveitosa

SEQÜESTRO

Cada vez mais sério

Uma acareação, mais um suspeito e a preocupação chegando ao Palácio do Planalto

Nesta terça-feira, às 16 horas, poderá ocorrer o primeiro avanço oficial rumo ao esclarecimento do seqüestro dos uruguaios Lilian Celiberti Rosas de Cesariago, seus filhos Camilo e Francesca, e Universindo Rodríguez Díaz. Perante autoridades da Secretaria da Segurança do Rio Grande do Sul, o jornalista Luís Cláudio Cunha, chefe da sucursal de VEJA em Porto Alegre, e o investigador Orandir Portassi Lucas, o “Didi Pedalada”, dirão se de fato se encontraram 53 dias atrás, a 17 de novembro. Segundo sustenta Luís Cláudio (VEJA n.º 538), “Didi” era um dos policiais presentes ao apartamento de Lilian, naquela data. “Foi ele quem me disse que eu tinha entrado ‘numa baita fria’ ao descobrir tudo”, garante o jornalista. E a “baita fria” era a descoberta, no ato, de um seqüestro de uruguaios em solo brasileiro, com a participação de agentes brasileiros.

Desde então, quase dois meses de negativas e protelações oficiais se passaram, enquanto a imprensa, por seu lado, investigava — até chegar a esse primeiro fato concreto do reconhecimento de “Didi Pedalada”, um ex-jogador de futebol, nos últimos tempos servindo no DOPS gaúcho. A acareação entre testemunha e suspeito, uma providência automática em tais situações, deverá finalmente ser processada. Foi, pelo menos, o que Luís Cláudio ouviu de fontes

autorizadas da área estadual, na sexta-feira da semana passada, quando interrompeu suas férias para se colocar à disposição das autoridades encarregadas de esclarecer o seqüestro.

Nesse sentido, as autoridades policiais do Rio Grande do Sul atacam em duas frentes: uma sindicância, ordenada pelo governador Synval Guazzelli, da Secretaria da Segurança, e um inquérito, da Polícia Federal. Em ambos os casos, porém, os agentes invocam razões de sigilo para nada declarar, até agora. O que se sabe, extra-oficialmente, é que há pelo menos dez policiais envolvidos na ação e que o inquérito, já com sessenta laudas, ouviu três deles, inclusive “Didi”. Sobre este, sabe-se ainda que está desaparecido de Porto Alegre e que, na quarta-feira da semana passada, vendeu seu Volkswagen 1973 por 31 000 cruzeiros. Será ele, muito provavelmente, a pessoa a quem se referiu, na sexta-feira, o deputado Rubi Diehl, vice-líder do governo na Assembleia Legislativa, ao afirmar: “Já se pode admitir a participação de um policial” no episódio dos uruguaios.

“É ESSE” — Indícios outros, entretanto, formam a convicção de que este não será um episódio a permanecer indefinidamente obscuro. Como os repórteres de VEJA e outros órgãos da imprensa brasileira, há mais gente interessada em

passar a limpo essa história, incluindo-se aí autoridades da área federal. "A opinião pública acha que é sério. Então, é sério", disse a VEJA um membro do staff do presidente Ernesto Geisel, na semana passada. Há mesmo, na área do governo, quem tenha visto sem simpatia a repercussão da ida do general Samuel Alves Correia, comandante do III Exército, ao governador Guazzelli, em fins de dezembro. A preocupação, no caso, é porque a visita deixou a impressão de que o general teria pressionado contra a apuração do que realmente ocorreu aos uruguaios.

Pelo que se pôde ouvir de segura fonte brasileira, o Palácio do Planalto só não se manifestou sobre a questão, até o momento, porque está esperando o desfecho da sindicância e do inquérito em andamento. Trata-se, portanto, de um fato ainda em estágio estadual. Outro grupo empenhado em apurar a história — e agindo à margem das autoridades do Sul — é o dos advogados. Por decisão do Conselho Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, uma missão de quatro representantes gaúchos viajou para Montevidéu, no início da semana passada (*). Seu objetivo maior era ouvir Lilian e Universindo Díaz. Só eles dois, ou seus seqüestradores, podem contar detalhadamente como e por que saíram de um apartamento em Porto Alegre para uma prisão no Uruguai.

Deu-se, no entanto, o que era esperado: os homens da OAB não tiveram permissão para chegar até os dois prisioneiros. Nem por isso se pode dizer que sua empreitada, suspensa na sexta-feira, foi inteiramente infrutífera. À semelhança do que obtivera o enviado especial de VEJA a Montevidéu, Pedro Maciel, na semana anterior, os quatro advogados conseguiram que o garoto Camilo, de doze anos, apontasse mais um policial gaúcho. Entre quatro fotografias, que manuseou por três vezes, Camilo separou duas e, mostrando o homem que figurava em ambas, afirmou: "É esse. Esse eu conheço". Tratava-se do delegado Pedro Seelig, diretor da Divisão de Segurança Social do DOPS gaúcho — e superior de "Didi Pedalada".

"ELE OU O PEDRÃO" — Em várias ocasiões, durante os cinco dias de permanência em Montevidéu, os advogados gaúchos perceberam que estavam

* Os quatro advogados: Marcuzo Melzer, presidente da comissão, Osmar Ferri, defensor legal de Lilian, Otávio Caruso da Rocha e José Mariano Beck.



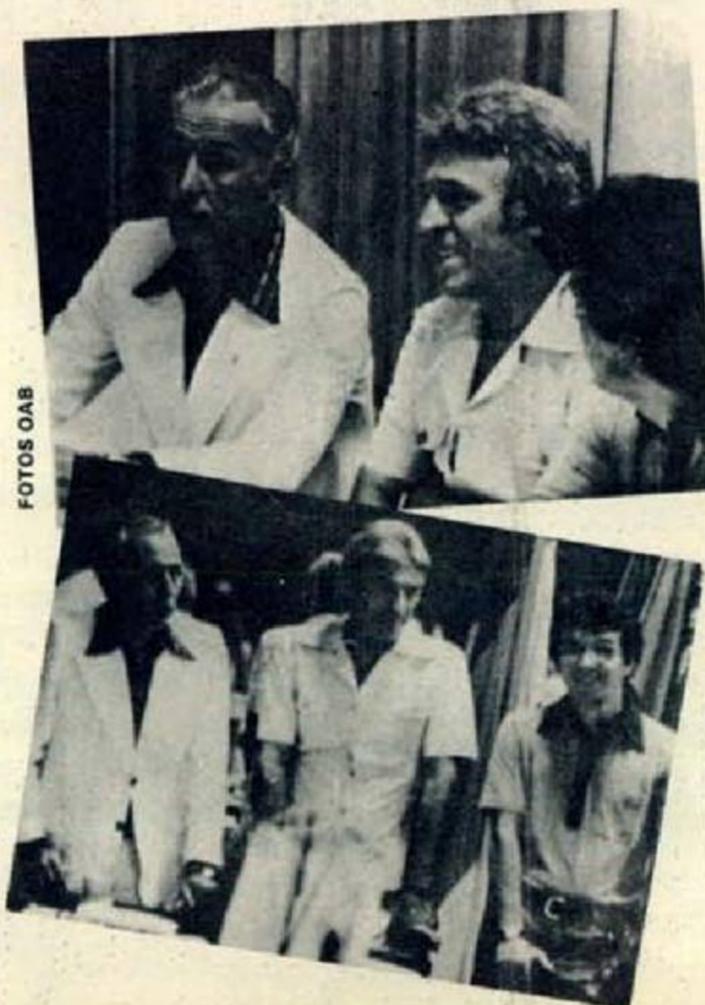
OLIVIO LAMAS

Do outro lado da rua, a mulher fotografando os homens da OAB

sendo seguidos. Numa delas foram até fotografados por uma mulher que usava um automóvel com placas do corpo diplomático. Por isso, os enviados da OAB entenderam perfeitamente a apreensão de dona Lilia, mãe de Lilian e atualmente responsável pela guarda das crianças, Camilo e Francesca. Segundo dona Lilia informou, policiais uruguaios a procuram sistematicamente, um de cada vez e nunca a mesma pessoa, insistindo sempre para que não dê informações a estranhos. Numa dessas visitas, foi lembrado a ela que o juizado de menores se preocupa com o que possa acontecer às crianças, principalmente após as declarações que Camilo tem dado a jornalistas brasileiros.

O próprio Camilo também está bem mais arredo, aparentemente convencido de que uruguaios o salvaram de

brasileiros perigosos. Foi só depois de muita paciência e de um dos advogados ter-lhe falado em italiano (Lilian morou na Itália e recentemente adotou a cidadania italiana) que ele resolveu conversar e ver as fotografias. Do pouco que disse, entretanto, surgiu uma informação nova e importante. Ele e sua irmã ficaram no prédio da Secretaria da Segurança desde o dia 12 de novembro, o domingo em que ia assistir a um jogo de futebol com Díaz, até o dia 17. Tomou conta deles uma moça — que em Porto Alegre algumas fontes identificam como a loura alta que exerce o cargo de secretária de Seelig no DOPS. Ainda de acordo com fontes da polícia gaúcha, somente uma outra pessoa de alto posto poderia ter participado da operação: o coronel reformado do Exército Átila Rohrsetzer.



FOTOS OAB



RICARDO CHAVES

Camilo e as fotos de Seelig

“Só ele ou o Pedrão (Seelig) para fazer esse tipo de coisa”, afirma-se entre policiais gaúchos.

UMA ENTREVISTA — Em Porto Alegre, Seelig e Rohrsetzer são hoje pessoas mais esquivas que nunca. Rohrsetzer talvez nem esteja na cidade ou na polícia gaúcha, pois o próprio relações-públicas da Secretaria da Segurança, major João Barcelos, além de admitir que não o tem visto, deu a entender que o coronel não é mais o chefe do Departamento Central de Informações. Quanto a Seelig, numa entrevista por telefone, a propósito das afirmações do garoto Camilo, nada quis declarar. “Vocês estão querendo publicar que ele me reconheceu?”, indagou. “Pois então publiquem. Eu nada tenho a dizer sobre isso.” Mas certamente terá de falar no assunto ao ser chamado a depor na sin-

dicância, o que está previsto para esta semana.

Ainda esta semana, conforme prazo fixado pelo governador Guazzelli, a sindicância deverá estar encerrada. “A apuração desse caso é um ponto de honra para o meu governo”, voltou a declarar Guazzelli na semana passada, muito embora a declaração não causasse o impacto de mais de um mês atrás, quando foi pronunciada pela primeira vez. Em todo caso, as investigações policiais permanecem como uma das fontes possíveis de resposta clara ao seqüestro dos uruguaios em Porto Alegre. Outra fonte possível é a entrevista que Lilian e Universindo poderão dar à censurada imprensa uruguaia “dentro de pouco tempo”. A informação foi dada por um oficial uruguaio, que não excluiu a eventualidade de ser permitida a presença de jornalistas estrangeiros. ●

EXILADOS

Os caminhos da volta

Começa o longo e gradual retorno ao país, mas para alguns o exílio ainda não terminou

Teria soado a hora definitiva para o retorno dos banidos, exilados e auto-exilados brasileiros que se espalharam pelo mundo a partir de 1964? É certo que sim, pelo menos para a maioria deles — e muitos, inclusive, voltaram antes mesmo que o AI-5 caducasse. Para outros, porém, o desembarque dependia menos da legislação em vigor do que da documentação para a viagem tantas vezes planejada — e isso também se poderá resolver agora com a orientação mais liberal transmitida pelo Itamaraty às suas embaixadas. Resta, assim, apenas o problema de um reduzido grupo de cidadãos que permanecem num rol de indesejáveis. Com informações levantadas por seus repórteres no Brasil e exterior, VEJA traça a seguir um quadro de cada situação.

Uma questão de cores

O AI-5 está extinto. Os banimentos foram revogados. Está em vigência a nova Lei de Segurança Nacional e reintroduziu-se o habeas-corpus como instrumento de defesa para os acusados de crimes políticos. Restava apenas um obstáculo concreto para o retorno ao país dos brasileiros que permanecem no

exterior: a concessão de passaportes. Na semana passada, enfim, esse derradeiro problema parecia contornado ao ser anunciada a nova orientação do Itamaraty às suas representações diplomáticas espalhadas pelo planeta. No entanto, uma grave discussão em torno das “cores” atribuídas pelo governo aos exilados acabaria mostrando que as portas do país ainda não estão abertas igualmente para todos.

Assim, haveria um grupo “verde”, sem quaisquer dificuldades na área política, merecedor de passaportes normais; um outro classificado de “cor-de-rosa”, integrado por cidadãos indiciados em processos, e por isso habilitados, apenas, a obter um título de nacionalidade para o regresso; e finalmente um reduzidíssimo círculo de oito pessoas, para as quais estaria aceso um sinal “vermelho” — isto é, elas receberiam documentos somente após uma negociação política de sua volta com o governo.

QUEM SÃO — Divulgada pelo *Jornal do Brasil* do Rio de Janeiro em sua edição de quarta-feira, a relação dos oito indesejáveis conteria alguns nomes surpreendentes e outros sobre os quais pairam conhecidas restrições:



F. GONÇALVES/UNIPRESS

Prestes: liderando a lista



SAMUEL IAVELBERG

Arraes: sem “uma data pensada”

Moreira Alves: “Não pedi nada”



ELOISA DANTAS